ISSN: 2358-8829

CONSTRUÇÃO DO IDEAL FEMININO NA ARTE DA GRÉCIA CLÁSSICA

Evelly Lorrane Queiroz da Silva [1]
Maria Gabriele Sampaio Alves [2]
Rodrigo Viana Passos [3]

INTRODUÇÃO

A sociedade da Grécia Clássica, em especial Atenas, foi marcada por uma organização patriarcal que estabelecia funções distintas para homens e mulheres, reservando aos homens a participação na vida pública e às mulheres o espaço doméstico. Essa divisão social foi sustentada e marcada por diversos discursos filosóficos e culturais que contribuíram para a construção de um ideal feminino associado à submissão, à discrição e à exclusão política. Nesse contexto, as formulações filosóficas também tiveram importância na construção desse ideal. Em Aristóteles, a mulher era apresentada como naturalmente mais ligada à emoção e detentora de uma racionalidade considerada inferior, o que legitimava sua submissão à autoridade masculina e sua permanência no *oikos* (lar). Já Xenofonte, reforçava esse modelo ao definir a mulher ideal como aquela voltada à administração interna do lar, valorizando também a discrição e a pureza como qualidades essenciais. E esse ideal feminino não dizia respeito apenas à forma como a mulher deveria agir, mas também ao modo como seu corpo era visto e controlado. Esperava-se uma postura simples, discreta e reservada, compatível com a permanência no espaço doméstico.

Diante disso, este artigo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira a construção do ideal feminino contribuiu para legitimar a exclusão das mulheres da cidadania e a vida política na Atenas Clássica? Assim, este artigo tem como

[1] Graduando do Curso de Ciências Humanas-História da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, evelly.queiroz@discente,ufma.br;
[2] Graduado pelo Curso de Ciências Humanas-História da Universidade Federal do Maranhão- UFMA, maria.gabriele@discente.ufma.br;
[3] Professor orientador: Prof. Dr. Rodrigo Viana Passos, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Rodrigo.vp@ufma.br.

objetivo analisar como a construção do ideal feminino na Grécia Clássica ajudou para a exclusão das mulheres da vida política.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para responder a esse problema, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada na análise das fontes antigas, especialmente Aristóteles e Xenofonte, em diálogo com a historiografia contemporânea, representada por Nicole Loraux e Moisés Romanazzi. Além disso, utiliza-se a análise da "Estela de Hegeso" como fonte iconográfica, buscando compreender de que maneira as representações artísticas também participaram da construção e da difusão do ideal feminino na sociedade ateniense.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender a construção do ideal feminino na Atenas Clássica, é necessário recorrer às fontes produzidas no próprio período. Sendo assim, as obras de Aristóteles e Xenofonte constituem importantes referências para analisar como a sociedade ateniense concebia o papel da mulher, o casamento e a organização da oikos. Embora apresentem abordagens diferentes, ambos contribuíram para consolidar um modelo feminino associado ao espaço doméstico e afastado da participação política.

Dentre essas fontes, destaca-se inicialmente a obra O Econômico, de Xenofonte abordando a organização do *oikos* por meio do diálogo entre Sócrates e Iscômaco, no qual são discutidas as responsabilidades do homem e da mulher dentro do casamento. Para o autor, a boa administração da casa dependia da cooperação entre o casal, embora essa cooperação estivesse fundamentada em funções distintas. Enquanto ao homem cabia atuar na parte externa relacionada as atividades públicas e produtivas (política, guerra, agricultura e negócios), à mulher, que era apresentada como guardiã do lar, competia a administração do espaço doméstico, a preservação dos bens da família e o cuidado com os filhos. Essa divisão é justificada pelo próprio Xenofonte quando afirma que "[p]ara a mulher é mais belo ficar dentro de casa que permanecer fora dela e para o homem é mais feio ficar dentro de casa que cuidar do que está fora" (XENOFONTE, 1999, p.39). Ao apresentar essa divisão como bela, verdadeira e conforme à natureza, Xenofonte ajuda a justificar a separação entre os espaços masculino e feminino dentro da sociedade. Assim

sendo, o casamento não representa uma relação de igualdade, mas uma estrutura na qual cada cônjuge possui funções previamente definidas, reservando à mulher a administração do *oikos* e ao homem a atuação na esfera pública. Essa compreensão é também aprofundada por Aristóteles, que fornecerá uma fundamentação filosófica para essa distinção.

Aristóteles aprofunda essa concepção defendendo que a distinção de funções entre homens e mulheres decorre da própria natureza. Em Política, o filósofo afirma que a organização da família e da cidade está baseada em uma hierarquia natural, na qual cada indivíduo desempenha uma função específica. Para Aristóteles, essa organização não se limita à divisão de tarefas, mas estabelece uma relação de autoridade, na qual o homem exerce naturalmente o poder sobre a mulher. Essa concepção está diretamente ligada à compreensão aristotélica das capacidades racionais. Para ele, a mulher participa da razão, mas sua capacidade deliberativa é considerada inferior à do homem, razão pela qual a autoridade masculina é apresentada como um princípio natural da organização familiar e política.

No contexto, a mulher é apresentada como subordinada ao homem, sendo sua vida direcionada ao ambiente doméstico, enquanto a participação na vida política é reservada aos cidadãos do sexo masculino. Ao explicar a origem da organização da família e da cidade, Aristóteles afirma que "é preciso que haja a união dos que não podem existir sem outro: a do macho e da fêmea (...); e a de governante e governado por natureza, para que ambos se conservem" (Aristóteles, 2026, p. 8). Essa passagem demonstra que Aristóteles compreende a relação entre homem e mulher como quase impossível de não acontecer como parte de uma ordem natural na qual a autoridade e a obediência são apresentadas como elementos constitutivos da organização da família. Assim, a subordinação feminina não parece apenas como uma convenção social, mas também é justificada pela filosofia de Aristóteles, reforçando sua exclusão da esfera política. Ao atribuir essa organização à própria natureza, Aristóteles transforma a desigualdade de sexos em um princípio considerado legítimo e necessário para a manutenção da família e, consequentemente, da pólis. Desse modo, a participação feminina permanece restrita ao ambiente doméstico.

Embora apresentem ideias um pouco distintas, Xenofonte e Aristóteles convergem ao atribuir à mulher um papel essencialmente doméstico e subordinado. Enquanto Xenofonte enfatiza a divisão complementar das atividades no interior do oikos, valorizando a cooperação entre marido e esposa para a administração da casa, Aristóteles amplia essa

concepção ao fundamentá-la filosoficamente, defendendo que a autoridade masculina decorre da própria natureza. Em ambos os casos, a participação feminina permanece vinculada ao espaço privado, enquanto a atuação política e pública é reservada aos homens.

Essa ideia também aparece em outras obras da tradição grega, como A república e As leis, de Platão, embora com diferenças quanto ao papel atribuído às mulheres. Ainda assim, o pensamento de Xenofonte e Aristóteles exerceu forte influência na consolidação de uma representação feminina associada ao espaço doméstico e subordinada à autoridade masculina. Essa tradição intelectual serviu como base para interpretações posteriores acerca da condição feminina na Grécia antiga, tema retomado por estudiosos contemporâneos como Nicole Loraux e Moisés Romanazzi

.

A interpretação historiográfica do ideal feminino

Após a análise das fontes antigas, especialmente das obras de Xenofonte e Aristóteles, torna-se necessário analisar como a historiografia contemporânea interpreta essas concepções acerca da mulher na Grécia Clássica. Além de descrever o papel feminino na sociedade ateniense, os historiadores procuram entender como esse ideal foi construído e transmitido ao longo do tempo. Nesse contexto, as contribuições de Nicole Loraux e Moises Romanazzi permitem ampliar a compreensão sobre os mecanismos que sustentam a ausência das mulheres da vida pública e a consolidação de um modelo feminino associado ao espaço doméstico.

Nicole Loraux foi uma historiadora francesa dedicada ao estudo da sociedade e do pensamento político da Grécia Antiga, especialmente as relações entre o masculino e o feminino. Sua contribuição é importante para esta discussão porque permite analisar a condição feminina não apenas como uma realidade social, mas também como uma construção presente nas representações políticas e simbólicas da sociedade grega. Entre suas obras voltadas à representação do feminino no mundo grego, destacam-se Mães em luto e Maneiras trágicas de se matar uma mulher, além de As experiências de Tirésias: o feminino e homem grego.

Em As experiências de Tirésias, Nicole Loraux utiliza a figura mitológica de Tirésias, personagem que, segundo a tradição grega, experimentou tanto a condição masculina quanto a feminina, como ponto de partida para discutir as representações do masculino e

do feminino no mundo grego. A experiência de Tirésias permite à autora explorar a maneira como os gregos pensavam as diferenças entre os sexos e como essas diferenças eram utilizadas para estabelecer papeis distintos entre homens e mulheres. Dessa forma, o mito não é analisado apenas como uma narrativa sobre a mudança de sexo de um personagem, mas como uma possibilidade de compreender as concepções sociais e simbólicas que estruturavam a oposição entre o homem e mulher.

Outras reflexões de Nicole Loraux encontramos em Maneiras trágicas de se matar uma mulher, livro onde a autora examina as formas de representação da morte feminina na sociedade grega. Ao comparar a morte de homens em combates com a morte das mulheres, Loraux evidencia que a glória pública estava associada à atuação masculina na pólis e na guerra, enquanto as mulheres permaneciam vinculadas à esfera privada e à família. Mesmo quando apresentada como esposa e mãe exemplar, a mulher não alcançava uma memória cívica equivalente à dos homens, como se tudo aquilo não se passasse da obrigação dela. Como sintetiza a autora, “a glória das mulheres é não terem glória” (LORAUX, 1988, p. 23), mostra que o ideal feminino estava relacionando também à ausência de protagonismo público. Essa hierarquia também se refletiu na educação, que preparava os homens para a vida pública, enquanto as mulheres eram direcionadas às atividades da vida doméstica desde cedo.

Portanto, a educação e a divisão de tarefas no oikos não eram apenas tradições, mas sim o reflexo de uma visão antropológica profunda. Conforme resume Tôrres (2001, p. 49), essa posição de inferioridade era validada pela filosofia de Aristóteles, que a justificava “em virtude da não plenitude na mulher da parte racional da alma, o lógos”. Sem essa plenitude racional, a mulher era considerada, por natureza, desqualificada para as decisões da pólis, o que tornava sua exclusão política algo inquestionável para época.

Percebemos então que, as representações e discursos analisados atuavam como engrenagens de organização e legitimação da própria estrutura social de Atenas. Contudo, essa demarcação de papeis não se encerrava na dimensão do pensamento filosófico ou da norma social: ela precisava ser visivelmente reiterada. É nesse ponto que a construção do ideal feminino ganha contornos materiais, inscrevendo-se diretamente na representação e no uso do corpo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ISSN: 2358-8829

O corpo e a representação do ideal feminino

Complementando a lógica filosófica, o ideal feminino na Grécia Clássica também se expressava por meio do corpo representado na arte. Diferente do corpo masculino, associado à força e à ação, o corpo da mulher era apresentado de forma contida e idealizada, reforçando valores como moderação, silêncio e autocontrole. Essas representações indicam que o corpo feminino era visto não apenas como forma estética, mas também como expressão de um comportamento social esperado.

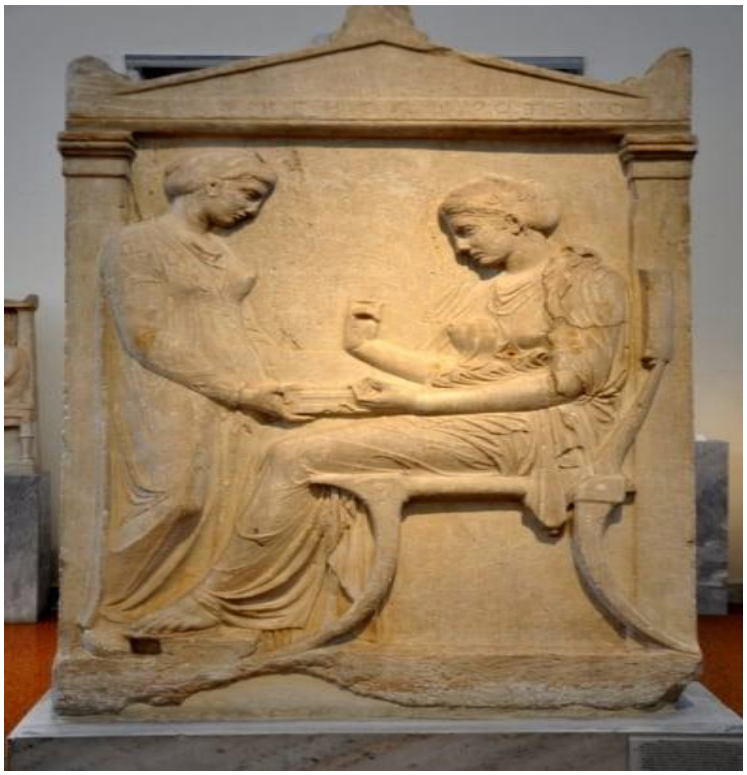


Figura 1 – Estela tumular de Hegeso (c. 400 a.C.).
Fonte: Fotografia de Grb16 (2014), disponível sob licença CC BY-SA 3.0 via Wikimedia Commons. Mapeado a partir do Portal Graecia Antiqua.

Na cerâmica e na escultura, como se observa na “Estela de Hegeso” (Figura 1), a mulher aparece com gestos suaves, postura reservada e aparência jovem, elementos que contribuíam para a construção de um modelo corporal associado à pureza e à moralidade. A cena retrata a falecida sentada em seu ambiente privado, reforçando que,

mesmo quando o corpo feminino era representado de forma idealizada, sua função simbólica estava ligada à ordem doméstica e à manutenção do equilíbrio social.
Além disso, a arte também atuava como um meio de controle simbólico do corpo feminino ao representar visualmente um ideal que limitava a atuação das mulheres ao espaço privado. Ao associar a dignidade feminina à imobilidade e ao silêncio doméstico, as representações clássicas transformavam a reclusão em uma virtude estética e moral. Esse processo reforçava a ideia de que a mulher deveria se manter afastada da vida pública e ligada ao oikos. Dessa forma, a desigualdade entre homens e mulheres também aparecia nas representações de beleza e comportamento.
Essa linguagem visual, portanto, não apenas refletia o papel da mulher, mas o prescrevia. Elementos como a presença da serva, a caixa de joias e a moldura que simula o interior do lar mostram a dignidade da cidadã ateniense condicionada ao seu recolhimento ao oikos e à gestão do patrimônio familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das fontes filosóficas, historiográficas e artísticas, é possível notar que o ideal feminino na Grécia Clássica esteve diretamente relacionado à organização social e política da pólis, contribuindo para a exclusão das mulheres da vida pública e da cidadania. Xenofonte e Aristóteles, embora apresentem abordagens distintas, associavam a mulher ao espaço doméstico e à autoridade masculina, contribuindo para a construção de uma divisão entre as funções destinadas aos homens e às mulheres. Enquanto Xenofonte enfatizava a administração do oikos e a complementaridade das funções entre os cônjuges, Aristóteles fundamentava a subordinação feminina em uma suposta diferença natural das capacidades racionais.
A análise historiográfica de Nicole Loraux permite ampliar essa compreensão ao demonstrar que as diferenças entre homens e mulheres também eram formadas por meio de representações políticas e simbólicas da sociedade grega. Assim, o ideal feminino não pode ser entendido apenas como uma descrição das funções desempenhadas pelas mulheres, mas também como uma construção cultural que estabelecia expectativas sobre seu comportamento, seu espaço social e sua participação na comunidade.
Essa construção também se manifestava nas representações artísticas do corpo feminino. Como por exemplo, em a Estela de Hegeso que demonstra como a arte podia associar a

mulher à serenidade, à descrição e ao espaço privado, transformando determinadas características femininas em valores estéticos e morais. Assim, filosofia, historiografia e a arte permitem perceber diferentes dimensões desse processo: a construção de um ideal feminino que vinculava a mulher ao *oikos* e restringia sua vida na pólis. Portanto, a exclusão feminina da vida política não deve ser compreendida apenas como consequência de uma proibição formal, mas também como resultado de valores e representações que naturalizavam a separação entre os espaços femininos e masculinos.

Palavras-chave: Grécia Clássica; Ideal feminino, Patriarcado, Filosofia, Exclusão.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LORAUX, Nicole. **The experiences of Tiresias: the feminine and the Greek man**. Translated by Paula Wissing. Princeton: Princeton University Press, 1995.

LORAUX, Nicole. **Maneiras trágicas de se matar uma mulher: imaginário da Grécia Antiga**. Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

RIBEIRO JR., Wilson A. **Estela tumular de Hegeso**. Portal Graecia Antiqua, São Carlos. Disponível em: https://greciantiga.org/img.asp?num=0608 . Acesso em: 10 jan. 2026.

TÔRRES, Moisés Romanazzi. Considerações sobre a condição da mulher na Grécia Clássica (sécs. V e IV a.C.). **Mirabilia**, n. 1, p. 48–55, dez. 2001.

XENOFONTE. **O Econômico**. Tradução de Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho. São Paulo: Martins Fontes, 1999.